

**LÓGICA E ILÓGICA DAS DEMOCRACIAS.
UMA REFLEXÃO À MARGEM DE SOCIOLOGIA CRÍTICA E PSICANÁLISE.**

ROBERTO FALANGA

Resumo: O (re)surgimento na cena política mundial de formas alternativas de democracia faz com que o paradigma da democracia neoliberal se torne um terreno fértil para o debate científico. Através de um sintético excuro entre sociologia crítica, com particular referência ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos, e a psicanálise, com enfoque na teoria de Ignacio Matte Blanco, visa-se articular uma reflexão profunda sobre dinâmicas e desafios dos regimes democráticos. Em que termos as tensões sociais e políticas no paradigma da democracia neoliberal podem ser abordadas? Como sustentar a necessidade para a democracia de garantir dimensões de igualdade e diferença dentro de um cenário social de crescente complexidade? Pretende-se enfim contribuir para uma reflexão interdisciplinar capaz de construir critérios novos para a leitura dos hodiernos fenómenos relativos à democracia e à vida social.

1. O paradigma neoliberal à beira de um ataque de nervos*

Considerando a forte ligação entre o modelo da democracia representativa com o *ideal* neoliberal e junto com as análises de Boaventura de Sousa Santos (2000; 2003), nota-se a existência de um processo consensual em que a dimensão política tem gradualmente garantido aos poderes económicos um papel fundamental nas atividades dos governos nacionais. O surgimento de um paradigma (Kuhn, 1962) referido à *democracia neoliberal* tem-se inscrito com força na modernidade ocidental, cujos valores têm sido reivindicados como universais com o apoio de um pensamento que tem tornado a *arbitrariedade* do modelo uma realidade dominante virada para a sua reprodução¹. A transformação e redução do significado de democracia não deixam de mostrar o fato que esse paradigma continua sendo uma opção política entre outras e, sobretudo, um *localismo* bastante recente². Os representantes eleitos têm acabado por serem identificados com as próprias regras do processo eleitoral, mecanismo fundamental dos sistemas de representação (Held, 2004), o que tem tornado, muitas vezes, a dimensão que delega uma autorização *última* de soberania através do voto. Nestes termos, não se pode eliminar a possibilidade de pensar em dispositivos diferentes, alternativos ou integrativos ao sistema de voto. Portanto, o próprio debate sobre a natureza da democracia representativa, ilusoriamente configurada como única forma de democracia, não deixa de ser o assunto de base para um debate científico crítico e profundo³.

* Todas as citações decorrentes de textos em línguas que não o português foram livremente traduzidas pelo autor.

¹ Se de fato a democracia representativa tem sido inicialmente acompanhada pelo compromisso com uma ideia liberal de intervenção do Estado, com a definição de *democracia neoliberal* entende-se o novo equilíbrio marcado pela copresença de políticas nacionais e leis de mercado a desempenhar o complexo papel da governança dentro e fora das fronteiras estaduais. Portanto, se nas palavras dos *utilitaristas*, tal como Bentham e Mill, através da democracia liberal podia-se garantir uma condição de acesso e prosseguimento dos interesses individuais em campo económico sem o risco de arbitrariedades políticas, com a concepção neoliberal o jogo tem entrado no cenário do mercado capitalista que entra em contato não só com as liberdades individuais e os direitos de associação, mas também com as próprias soberanias nacionais.

² Embora as reflexões sobre a democracia e os sistemas de representação tenham uma longa história, a própria democracia em quanto regime e complexo de instituições têm uma história recente e, no sentido em que a entendemos hoje, intrinsecamente ligada à aprovação do sufrágio universal.

³ Depois da Segunda Guerra Mundial começou um intenso debate sobre as condições estruturais da democracia pondo em questão os modelos da democracia participativa, da democracia popular (com particular referência aos Países da Europa de Leste), da democracia orientada ao desenvolvimento dos Países de nova independência. Na América Latina, após uma fase de ditaduras, resolveu-se uma certa incompatibilidade com *sodalício* estipulado entre a democracia e a economia capitalismo, assim como

No momento em que o paradigma se tornou referência para as relações internas e externas das comunidades políticas (Anderson, 1983), veio criando-se um complexo conjunto de normas e procedimentos que o pudessem sustentar⁴. Com base no mecanismo de representação, o qual se funda no princípio de autorização que o povo eleitor expressa sobre os candidatos, declara-se o princípio pelo qual os eleitores escolhem racionalmente os seus representantes⁵. Historicamente, para conferir uma autoridade *racional* ao mecanismo representativo, tem-se operado uma cisão gradual entre uma componente ideal e uma componente pragmática da democracia, com um papel significativo desempenhado por varias doutrinas das ciências políticas perante a identificação de *critérios procedimentais mínimos* – i.e. eleições livres, competitivas e periódicas – que, ao legitimar o voto, deslegitimavam outras ideias de democracia. Deixando que as democracias respondessem essencialmente a princípios práticos, dava-se forma a uma corrente *procedimentalista* da democracia que tem fortemente justificado as regras viradas para a formação de maiorias representativas⁶. Através deste processo tem-se caracterizado uma peculiaridade marcante as instituições públicas em reverter a conexão entre demanda e oferta, ou seja, a interpretação de uma demanda social a ser encaixada numa linguagem técnica que torna a demanda em si objeto dependente, quer dos meios a disposição, quer, e acima de tudo, da

em alguns Países de África e Ásia optou-se por formas de governo viradas para o socialismo e comunismo. Enfim, a extensão do modelo neoliberal até Espanha e Portugal na Europa do Sul nos meados dos anos '70 e depois até alguns Países da América Latina e Europa de Leste, fez com que um debate em torno dos fundamentos profundos da democracia tornasse-se fora tempo máximo e fora de lugar (Santos, 2003).

⁴ Retomando a própria definição de democracia por Dahl (1980: 27), ela “é a capacidade dos governos a satisfazer, em medida continuativa, as preferências dos cidadãos num quadro de igualdade política”. A partir desta definição ele distingue as dimensões de direito de opção e grau de inclusão cujas combinações podem originar formas democracia poliarquica, entre outras possibilidades de governo (hegemonias fechadas, oligarquias competitivas, hegemonias inclusivas), caracterizadas por representantes eleitos em eleições livres, liberdade de expressão e associação e, enfim, presença de fontes alternativas de informação.

⁵ Neste ponto há de sinalar o intenso debate ligado ao tema da *escolha racional* em âmbito político, bem como em âmbito econômico, que não será aprofundado neste texto e para o qual se remanda a outras referências (como Coleman, 1990; Elster, 1979; Pettit, 2000; Von Neumann and Morgenstern, 1944)

⁶ Dentro da concepção procedimental da democracia, vão tomar importância aspectos como o sufrágio universal, a rotação do poder executivo, a desconcentração do poder na sua esfera central (legislativo, executivo, judiciário, administrativo e segurança) e descentralizada (governos locais), direitos de oposição, de circulação, expressão, comunicação e organização (Restrepo, 2003).

própria definição dos problemas elaboradas pelas Instituições (de Gaulejac *et al.*, 1995).

A forte remarcação sobre os aspectos procedurais da democracia fez também com que as formas mais conflituosas de participação cidadã fossem configuradas como *inimigas* do bem estar social. A participação devia ser normalizada e, portanto tendencialmente reduzida aos mecanismos de voto (normalmente acompanhado por outros meios democráticos *colaterais*, tal como o referendium ou a petição popular). Segundo alguns autores, isso serviria para não sobrecarregar de demandas os regimes, no pleno respeito da divisão dos papéis entre cidadãos e políticos (Schumpeter, 1967) evitando assim um *excesso de democracia*, deletério para um bom funcionamento (Huntington, 1975). O esforço tem sido, portanto, a manutenção de um *status quo* dentro e fora das fronteiras criadas na produção e auto-reprodução do paradigma através do implícito apoio à desafeição cidadã para formas não convencionais de participação. Um equilíbrio onde o propósito tem sido que as condições, numa visão funcionalista, não mudassem e que, portanto, o sistema político não fosse intimamente questionado⁷. O processo de *consenso paradigmático* a nível global, de afirmação naturalizada de uma ordem entre outras, tem levado a um fenómeno de assimilação das outras instancias, como sugerido por Santos (2000). A presença de correntes alternativas à política neoliberal – ainda que extremas – dentro dos próprios regimes democráticos, torna evidente um processo de *englobalização* que revela um cenário em que no próprio regime democrático estão instalados os seus supostos *inimigos*. Isto é, ao lado do processo racional de definição e demarcação da realidade, o paradigma tem atuado também um processo inverso e, enfim, ambivalente de incorporação das outras instâncias⁸.

⁷ Segundo Immanuel Wallerstein (1995), a suposta racionalidade do mundo social implica que se possam formular proposições normativas validas no espaço-tempo. Isso faz com que a transformação não possa ser eterna para sustentar a própria sociedade e o estudo das transformações sociais acaba assim por ser o estudo das diferenças entre modelos teóricos e realidades.

⁸ Comunismo e fascismo em quanto históricos inimigos da democracia, segundo o autor seguem sendo inimigos apenas num nível retórico, pois *simbolicamente* e também através de algumas formas *pragmáticas*, eles fazem parte dos atuais regimes democráticos. Analogamente, Foucault afirma que “fascismo e estalinismo correspondiam sem duvida a uma conjuntura especifica [e] têm apenas protraído uma série de mecanismos que já existiam nos sistemas sociais e políticos do Ocidente [...]”; nas nossas sociedades existem virtualidades permanentes, de alguma forma estruturais e intrínsecas nos

No mais, este paradigma tem vindo a ser imposto em um cenário em mudança, consagrado por organizações internacionais que tem transformado progressivamente os próprios papéis dos Mercados financeiros e dos Estados-Nações. Neste respeito, Donatella della Porta (2011) sintetiza eficazmente os desafios postos aos regimes democráticos hodiernos, nas relações em transformação entre Estado e Mercados, Parlamento e poderes executivos, Nação e níveis internacionais⁹. As dinâmicas da globalização, ao pressionar para a constituição de redes de interdependência e fluxos comerciais, comunicativos e de conhecimentos criam também novos vínculos e limites. Os Estados desempenham, portanto, um papel entre a diferenciação – virada para a salvaguarda da unidade nacional sem cair no *corporativismo* que os deixaria fora dos jogos mundiais – e a difusão nas redes globais. Os dois sistemas, de fato, parecem conviver, embora tensamente: de um lado a hierarquia do sistema mundial entre os Estados com suas economias nacionais; de outro, os diversos campos de atividade que complexificam o cenário mundial, quebrando com categorizações predefinidas e, em alguns casos, apostando para a re-inclusão de partes afastadas e excluídas (Santos, 2007). O que tem resultado até agora é, enfim, a emergência de uma nova hierarquia entre Países que tem criado uma geografia de centros, periferias e semiperiferias (Santos, 2001) configurando, de fato, um novo “sistema-mundo” (Wallerstein, 1993).

2. A vertigem das mudanças

Tanto as dinâmicas globais quanto os regimes nacionais revelam uma ambivalência constitutiva que se tornou objeto de forte interesse público a final dos anos 1980.

nostros sistemas, que podem revelar-se em qualquer momento, tornando sempre possíveis essas espécies de grandes excrescências do poder” (Foucault, 2008: 205).

⁹ No primeiro caso, della Porta (2011) sublinha como a *desregulação* dos mercados, a redução dos impostos patrimoniais e a privatização dos serviços públicos sejam tendências comuns que têm provocado a ilusão de que um pensamento perto ao *public management* pudesse resolver os problemas inerentes à natureza diferente das Instituições, de fato obrigadas a se portar como organizações privadas. A concepção neoliberal de *não-intervenção-estatal* tem produzido um efeito globalizado de novas barreiras de entrada, favorecendo enfim poucas e enormes multinacionais. Respeito ao segundo ponto, ela remarca como os fenômenos de personalização e centralização das decisões em *leaderships* têm correspondido a um crescimento de abstenção eleitoral. Enfim, por quanto se refere ao papel dos Estados e das Organizações de marca internacional no cenário da globalização, ela aponta ao crescente poder de injunção através de cláusulas em tema de liberalizações, privatizações e desregulamentação que têm persistido, durante e depois do período do *ajuste estrutural* liderado pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Isso tem significado a imposição de uma nova *lexmercatoria* que tem afetado tanto a legitimação dada pela cidadania (pela ineficaz transparência e *accountability*) como a liberdade de gerir os orçamentos estatais.

Embora naquela altura o paradigma da democracia neoliberal parecia ter ganhado um lugar indiscutível no mundo, uma série de circunstâncias convergentes, como as várias reformas das finanças locais, a queda do muro de Berlim e o conseqüente descrédito do socialismo burocrático, bem como os movimentos de democratização na América Latina (Sintomer e Allegretti, 2009) criaram um terreno fértil para as primeiras experiências de democracia participativa (Held, 1998; Diamond e Gunther, 2001). E foi naquela *periferia do mundo*, criada durante séculos, que foi posto em questão o sistema globalizado enquanto instrumento de perpetuação de mecanismos para a garantia do *status quo* e representou um elemento crucial para retomar o debate sobre direitos da cidadania e deveres da política¹⁰. As formas de democracia participativa inseridas nos sistemas representativos na América Latina, em particular no Brasil, e logo em outros lados do mundo, têm representado a possibilidade de pensar em modelos alternativos, envolvendo atores sociais provenientes dos movimentos comunitários cidadãos para a recolocação dos recursos para investimentos compatíveis, significando em muitos casos pôr em questão uma gramática social e estatal que colocasse ao centro objetivos de inclusão (Allegretti e Herzberg, 2004; Sintomer, 2005; Sintomer e Allegretti, 2009). Como sintetiza eficazmente Valdemir Pires:

numa conjuntura em que à crise fiscal foi juntando-se a crescente ampliação do desemprego, a resposta inicial, em nível prático, foi um recuso das políticas sociais, sob a bandeira do neoliberalismo [...]. Toda a década de 80 foi marcada por um intenso debate sobre o papel do governo na economia, com franca vantagem para as teses anti-intervencionistas, favorecidas não só pela crise do welfare-state, mas também pelo colapso das experiências socialistas e pelo robustecimento da teoria económica do lado da oferta (Pires, 2002: 57).

Na Europa, foram particularmente França e Inglaterra que entre o Século XVIII e XIX viram a emergência de movimentos ligados ao mundo do trabalho e às classes mais pobres das sociedades para a constituição de esferas públicas capazes de empurrar para novas ordens políticas. Logo, o crescente papel dos partidos políticos na primeira passagem para regimes democráticos tem desempenhado uma função importante de mediação e filtragem das instâncias entre poderes políticos e esfera

¹⁰ Roberto Guimarães afirma que, a maneira em que se tem desenvolvida a reprodução periférica do capitalismo, faz com que o “que existe é um processo incompleto de construção da cidadania, onde a incorporação de alguns sectores sociais tem-se feito à costa da maioria” (Guimarães, 2008: 10).

publica. Particularmente na França, na Inglaterra, mas também, na Alemanha e Itália, foram os partidos na área do socialismo de esquerda os principais interlocutores das mudanças em curso e na instituição de formas participativas institucionais. Analogamente, foram esses partidos os primeiros promotores dos processos participativos, *grosso modo* em linha com o que acontecera no Brasil com o Partido dos Trabalhadores. Contudo, se bem a emergência dos processos participativos ligou-se às experiências brasileiras, na maioria dos Países Europeus foi posta particular atenção às instâncias de “modernização administrativa” (Sintomer e Allegretti, 2009), pois o remarco dos aspectos procedurais da democracia neoliberal, junto com as primeiras críticas levadas à forte retórica do *new management* que entrava sem muitas dificuldades no vocabulário das Administrações Públicas, fez com que se retomasse atenção sobre as *qualidades democráticas*.

As experiências participativas têm tido um papel importante em evidenciar algumas falhas produzidas pelos mecanismos da democracia neoliberal¹¹, uma vez que se considere este

como um momento de transição em que o inacabado projeto da modernidade, com o seu desequilíbrio de excessos e défices de cumprimento de promessas, se revela incapaz de encontrar em si mesmo essas respostas, obrigando a uma redefinição das constelações de modos de conhecimento adequadas às novas condições, de uma reconstrução das dinâmicas sociais e culturais e de uma reinvenção das formas de iniciativa e intervenção políticas (Nunes, 1998-1999: 22).

Os primeiros debates da altura enfocavam-se sobre a necessidade de instrumentos capazes de entender e sintetizar uma opinião pública que sempre menos refletiva preferências eleitorais. Isto é, a crescente distância entre a figura do eleitor e a figura do cidadão politicamente ativo e participante e, a criação continua e múltipla de identidades sociais, fizeram com que também as reivindicações se multiplicassem e, igualmente, crescesse a necessidade/vontade de encontrar formas de participação

¹¹ Santos (2003) propõe a existência de “patologias” da democracia tanto no mecanismo representativo como naquele participativo. Com respeito à patologia da representação, ela iria se mostrar quando a maioria dos representados não se reconhece mais nos seus representantes, criando uma distância simbólica entre os eleitos e os eleitores. Esse mecanismo de desafeição é produzido pelo próprio mecanismo representativo levado a uma consequência perversa que leva assim à patologização também da própria participação dos cidadãos aos mecanismos representativos, manifesta no abstencionismo: se os cidadãos não se sentem representados, porque votar? Se o voto não muda nada, porque eleger um representante que, enfim, parece representar só os seus interesses e os dos grupos setoriais que o apresentam?

além do voto eleitoral. Era precisamente a possibilidade de criar um círculo virtuoso entre mais participação e menos abstenção eleitoral o ponto que se indicava como principal desafio, ao lado da redistribuição de poder em termos de informações, recursos e influência nas decisões (Arnstein, 1971). Perante esse complexo background e o futuro incerto – quer pela crescente interdependência (o que faz com que escape o controle absoluto, ainda que ilusório, dos Estados), quer pela crise política, económico/financeira e social em curso – a participação tem tido uma relevante função de chamar para maior transparência procedimental, para a democratização das próprias instituições e, logo, para a redistribuição de poder.

Em termos de poder, o debate científico sempre foi intenso. Reconhecendo em Michel Foucault um dos principais autores que tem contribuído com base nas relações de poder, ele remarcou a presença contínua, persistente e, em caso, implícita de exercícios de poder, ou seja, de imposição de vontade de um sobre o outro. Apesar deste cenário não ser inelutável, sendo que segundo Foucault existem caminhos de libertação, não existe uma sociedade sem relações de poder e neste sentido, o que Jurgen Habermas (2008) atribui como o processo fundamental para o funcionamento da democracia, ou seja, os processos comunicativos, representaria uma utopia, pois a própria comunicação nunca está livre de obstáculos e vínculos coercitivos¹². A participação visava pontualmente à redistribuição do poder partindo da hipótese que não estando *localizado*, mas sim, organizado em rede através do corpo social, fosse possível constituir uma mudança em relação com as Instituições (De Gaulejac *et al.* 1995).

O discurso sobre o poder e a sua deslocação chama em causa o complexo e amplo movimento de estruturação do pensamento que tem exercido um papel paradigmático, sendo que as próprias relações de poder têm orientado as abordagens em torno de questões cruciais sociais, económicas, políticas, bem como relativas ao conhecimento. A este respeito, Santos (2000) propõe como critério de leitura a existência de diversas constelações políticas, jurídicas e epistemológicas que se

¹² Ele afirma que mesmo porque a liberdade é em qualquer lado, as relações de poder atravessam o campo social: dentro dos relacionamentos de força há sempre espaço para intervir e determinar novos equilíbrios. Recusa assim qualquer visão fatalista e repara como a luta, de fato, não terá nunca fim, pois nunca acabará o assujeitamento dos sujeitos e dos saberes, ou seja, daqueles “saberes desqualificados como não conceptuais ou não suficientemente elaborados” (Foucault, 1997: 16).

articulam de maneiras específicas. Em continuidade, e ao mesmo tempo em polémica com Foucault¹³, o poder seria exercido em espaços estruturais específicos, cada um caracterizado por uma matriz de múltiplas dimensões de desigualdade¹⁴. Todavia, o paradigma dominante tem condensado e reduzido o conhecimento à Ciência, o direito ao Direito Estatal e os poderes sociais à Política Liberal, a fim de legitimar algumas formas *cósmicas*, mantendo desconhecida a existência de constelações *caosmicas* mais vastas que caracterizam os poderes descentralizados e informais, exercidos por múltiplos micro-centros sem limites pré-definidos¹⁵.

A partir dos constrangimentos do paradigma dominante, os movimentos locais para a promoção do recíproco reconhecimento pela luta comum da igualdade, que ao mesmo tempo garante o direito a uma diferença irreduzível ao *status quo*, têm demonstrado o papel essencial desempenhado pela dimensão local. Historicamente representado como a mais eficaz em termos de proximidade com os cidadãos e, conseqüentemente, mais concebível como *laboratório democrático* para as inovações concernentes aos modelos políticos e administrativos (como apontado já por Tocqueville e Mills), a dimensão local tem-se tornado espaço estratégico para a construção de redes que ponham em comunicação novos conhecimentos e praticas capazes de valorizar os atores sociais nos processos de *policy making*. De fato, a ação dos movimentos sociais bem como as experiências das novas formas de democracia têm-se organizado conforme uma lógica local, que age também além das fronteiras, entrando assim, naquele complexo cenário entre equilíbrios, desequilíbrios e novos equilíbrios globais, que constituem desafios únicos e imprescindíveis para as atuais democracias.

¹³ Santos (2000) aponta o risco de *trivialização* em considerar o poder em todo lado, pois isso acabaria por não estar em lado nenhum, tornando difícil a relação entre teoria e pratica.

¹⁴ “A especificidade de cada um dos espaços estruturais reside no tipo de troca desigual que marca as relações sociais que nele se estabelecem. À medida que se desenvolve, essa desigualdade relacional produz uma forma específica de capital cuja reprodução investe o campo social de um estilo de interação e de uma direccionalidade próprios.” (Santos, 2000: 277)

¹⁵ Isso parece claro na própria articulação da democracia liberal que tende a limitar as formas de poder no seu interior, incluindo o dos representantes. O instrumento é o Direito e, especificamente, o Direito Estatal sob forma de respeito da Lei e da Constituição (Kelsen, 1995). Analogamente, Foucault reconhecia a maciça ação normalizadora da proliferação das normas, em que estas representam uma mistura de legalidade e natureza, de prescrição e constituição, enquanto as leis visibilizam os atos do Estado em categorias gerais (Foucault, 2005).

Para reconfigurar a mapa do conhecimento, contribuir à emergência de novas relações entre universos culturais separados e repensar criticamente o projeto emancipatório da modernidade, é preciso trabalhar com a complexidade real, desvairando o discurso paradigmático desde as suas origens e encontrando “modos de pôr em relação, de uma maneira que não seja mutuamente desqualificadora, modos de conhecimento distintos que sejam considerados como pertinentes para a abordagem de problemas que transcendem o âmbito estrito das especializações científicas ou técnicas” (Nunes, 1998-1999: 44)¹⁶. Desta forma, tornando-se patentes os múltiplos fatores contextuais, as coordenadas históricas e os interesses multi e inter-escalares que entram na própria definição das relações de poder – sendo ele intrinsecamente distributivo, embora resultante de uma distribuição desigual – tornar-se-ia possível desenvolver uma análise dos limites virada para o desvelamento do que é singular, contingente e devido a restrições arbitrárias. De fato, as próprias relações de poder podem caracterizar-se tanto por um poder de coerção quanto por um movimento emancipador que visa ao incremento da igualdade e do reconhecimento da diferença nas relações. Santos afirma que «temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza». É interessante apontar ao critério quantitativo introduzido pelo autor no binómio igualdade/diferença. Isto é, além do reconhecimento dos fatores em jogo e em linha com a sua complexa proposta de se ancorar às práticas de poder, Santos indica a *intensidade* dos próprios fatores como determinante a ser tomada em consideração, tal como para os regimes democráticos tem de ser avaliada a *qualidade*

¹⁶ Referindo-se ao célebre texto de Snow (1995), Nunes propõe uma leitura que ultrapassa a divisão em ciências humanas e naturais sendo que uma crítica deste discurso cairia num círculo vicioso ao considerar a ciência produzida em âmbitos académicos e ao deixar por fora outros tipos de conhecimento. Por isso, dever-se-ia identificar as experiências de usos democráticos e emancipatórios da ciência e as condições culturais e políticas em que tais usos são possíveis. Todavia, o próprio Snow aponta como o ponto de embate das duas culturas ocasiões de criação, tanto mais necessárias “num tempo em que a ciência determina amplamente o nosso destino, num tempo em que a ciência determina em larga medida se vamos viver ou morrer” (Snow, 1995: 148) e reconhecendo, igualmente, a forte ligação entre ciência e política aponta como “os cientistas podem ser maus conselheiros e os decisores podem não saber se os conselhos que recebem são bons ou maus. Por outro lado, os cientistas numa cultura cindida fornecem-nos um conhecimento sobre certas potencialidades, que só eles possuem. Tudo isto torna o processo político mais complexo, e sob certos aspectos mais perigoso” (*ibidem*).

democrática – além da presença/ausência – como tema central pelo estudo da democracia (também Dahl, 2000; Diamond e Morlino, 2005).

3. A insustentável contraditoriedade do ser

O binómio igualdade/diferença representa um *quid* transversal e necessário das várias formas de democracia. Ele é um tópico abrangente um debate multiescalar, multicontextual e multidimensional que envolve várias disciplinas, entre as quais a psicanálise. A partir da constituição das dimensões coletivas em tensão entre tendências igualitárias e identitárias, o enfoque sobre as atividades psíquicas inconscientes leva à consideração as componentes simbólicas da interação social. A dimensão do inconsciente que fundamenta o agir humano e social é obscura porque sentida, embora não-reconhecida, dinamiza a vida relacional, influenciando na organização da convivência social nas suas regras e nas suas transgressões (Enriquez, 1983). A existência da dimensão inconsciente que, embora constitutiva do mundo, é detectável apenas a partir da parte visível dos comportamentos, das atitudes e, enfim, das relações intersubjetivas faz com que os conteúdos trocados entre os indivíduos sejam *performados* por meio de uma lógica racional. A limitação da racionalidade não residiria então nas suas falhas, mas sim, na maneira em que aborda e *dá voz* a essa outra dimensão. Ainda, não a reconhecendo pelo fato dela estar referida a uma lógica fora do racional, o consciente liquida a sua emergência como signo do irracional, do não-compreensível e, por isso, conjunto de deficiências do sistema, faltas, erros, doenças¹⁷. Ao remarcar como a realidade de fazer parte das relações sociais é revestida de símbolos pelos sujeitos, numa dinâmica que controverte distinções claras entre o externo e o interno, Sigmund Freud afirmou como “as regras fundamentais da lógica não tem valor nenhum no inconsciente, o qual se pode dizer, é o reino do ilógico” (Freud, 1985: 595). De um lado há, portanto, uma lógica referida à percepção racional da realidade e, de outro lado, uma lógica provocativamente definida como *ilógica*, mas que em realidade representa uma outra forma de lógica.

¹⁷ O que pode seguir nesta altura seria a ignorância do resto ou a busca de uma sua cura corretiva, *ortopédica*. É neste sentido que também no âmbito da sociologia crítica tem-se falado de produção ativa de *ausências* a fim de criar zonas negras. Mais em detalhe, Santos (2007) tem vindo a propor a distinção entre uma sociologia das ausências, orientada em detectar os conhecimentos *não existentes* e uma sociologia das emergências que, de maneira complementar, tenta dar voz às existências potenciais.

A partir das primeiras pronúncias em torno das leis que regulam o inconsciente (Freud, 1985; Freud, 2005), numerosos estudiosos têm ampliado e reformulado o campo de análise entre o inconsciente e o âmbito social. Ignácio Matte Blanco (2000; 2005), a partir da primeira tópica de Freud, propôs a questão do inconsciente em termos da relação entre uma lógica intencional, nomeadamente racional, e uma lógica inconsciente, que atuaria através de simetrias e generalizações simbólicas. A presença do pensamento consciente ocupar-se-ia de elementos distinguíveis e das relações que existem entre eles, isto é, de relações assimétricas num processo de diferenciação que leva ao infinito. O inconsciente empregaria uma forma de lógica que responde ao princípio de simetria virado para tornar iguais os elementos que a razão tem diferenciado. Isto é, simbolizar o mundo como homogêneo e indivisível, pretendendo resumir o real em grandes conjuntos caracterizados por emoções infinitas¹⁸ e transformar qualquer relação de diferença em uma relação de igualdade até um *unicum* infinito, em que os elementos internalizados se tornam equivalentes às classes de elementos às quais pertencem. Neste sentido, a caracterização do real dá-se sempre em relação às classes infinitas e emocionais do inconsciente. E elas, apesar da homogênea totalidade em que o inconsciente as tenta qualificar, são gradualmente diferenciadas pela ação da função assimétrica, a fim de delimitar fronteiras mínimas que permitem percebê-las. Esta primeira forma de distinção *maniqueísta*, que tenta pôr diferenças primordiais através de categorias binárias, limita a polissemia com que o inconsciente investe emocionalmente no real. Como sugere Renzo Carli:

as componentes rituais das culturas podem ser entendidas como maneiras de dar, para a ambiguidade, uma solução que é segura e canalizada pelas linhas de relacionamento normal. As regras do jogo nas relações, os papéis sociais, as configurações do poder dentro das relações, as categorias de conhecimento do outro são modalidades projetadas para fornecer uma solução suficientemente estável à ambiguidade emocional, inevitável em qualquer experiência relacional (Carli, 2007: 383).

¹⁸ As emoções, coincidindo com as características do inconsciente, atuam conforme o princípio de simetria da realidade, o que significa também tornar a intensidade das próprias emoções infinitas. Isto significa que, quanto mais forte é uma emoção, mais claramente contém experiências infinitas por causa da simetria do pensamento.

A proposta de Blanco funda-se de modo complexo nas fronteiras, com algumas formulações matemáticas referidas aos descobrimentos de Georg Cantor em tema de conjuntos e infinito¹⁹. Como escreve William R. Everdell, Cantor

descobriu como conferir sentido à palavra «conjunto» [...] no termo mais avançado tanto na matemática quanto na filosofia. O primeiro passo, em 1873, foi a descoberta que se podia comparar conjuntos infinitamente grandes. [...] O passo seguinte surpreendeu quer Cantor quer Dedekind. Surpreendentemente, alguns conjuntos infinitos eram maiores do que outros (Everdell, 1997: 40)

O conceito de classe, definido como conjunto de elementos que possuem uma característica em comum (a chamada *função proposicional*) é um conceito que se encontra também em outras disciplinas além da psicanálise. Do ponto de vista sociológico, por exemplo, a classe de trabalhadores é tal porque partilha algumas características: o feito de trabalhar e de promover, debater ou contestar um objeto²⁰. Neste sentido, a propriedade de simetria do inconsciente tornaria um membro da classe como idêntico ao *conjunto* apenas numa situação: quando o conjunto for infinito. Isto é, no exemplo da classe de trabalhadores, a subclasse de professores pode ser numericamente igual à classe inteira de trabalhadores apenas num caso: quando a classe de trabalhadores for composta por um número infinito de elementos. Em outros termos, a simetria de um subconjunto formado por dois inteiros quaisquer conduz à dissolução da distinção entre números e, portanto à sua infinidade.

¹⁹ Poder-se-ia rebater que pôr ao lado psicanálise e matemática seja uma operação imprópria e, neste respeito, vários autores têm expressado tanto preocupações quanto convites à hibridação das ciências. Nunes, apontando ao célebre texto de Alan Sokal e Jean Bricmont (1999), refere situações em que a utilização de *conceitos nómadas* pode levar à indecisão da distinção entre usos metafóricos e usos literais das expressões e das imagens a que [os cientistas] recorrem para produção de enunciados científicos e para o comentário e interpretação destes” (Nunes, 1998-1999: 35). Todavia, decorrente da análise apresentada por Blanco em linha com reflexões levadas a cabo por alguns matemáticos, existe uma *comunidade estrutural* que consente uma certa transmigração de ideias, conceitos e noções. Nas palavras de Rucker, “se a realidade é física, se física é matemática e se matemática é a teoria dos conjuntos, então qualquer coisa é um conjunto. Eu sou um conjunto, os meus pensamentos são conjuntos, as minhas emoções são conjuntos” (trad. minha) (Rucker, 1982: 200).

²⁰ Segundo Cantor, a classe é um conjunto de muitas coisas que permite ser pensada como um *Um*. O matemático Rudy Rucker, tentando também uma compreensão da mente humana a partir das conceptualizações matemáticas, propõe a ideia pela qual uma classe seja “obtida quando tomamos um pensamento e a abstraímos dos seus conteúdos emotivos, mantendo apenas a estrutura relacional abstrata. A classe é a forma do pensamento possível. Assim, a questão acerca da existência de entidades infinitas no *Mindscape* é realmente equivalente à questão da existência de conjuntos infinitos.” (Rucker, 1982: 42). E, sempre em relação com a infinidade dos conjuntos mentais, aponta para uma mudança no conceito de classe proposto por Cantor definindo-a como “conjuntos de muitos que se permitiria de ser pensada como Um, se alguém com uma mente bastante grande conseguisse experimentá-lo” (Rucker, 1982: 193).

Consegue, outrossim, que o inconsciente deve ser um espaço com um número de dimensões maior daquele com que pode tratar o nosso pensamento consciente. A mente tem que saber mover os pensamentos num espaço mental em que as dimensões ultrapassam as conhecidas para permitir assim o ingresso dos conjuntos infinitos (Matte Blanco, 2005).

Deriva que, as tendências à diferenciação, tal como as que se referem à identificação dos elementos do real, levam para o infinito²¹. Este pressuposto, fundante a teoria dos conjuntos, funda também o nosso conhecimento sobre as dinâmicas coletivas e suas instâncias identitárias/igualitárias. Entender quais lógicas sustentam os posicionamentos dos indivíduos na construção de relações sociais a fim de reconhecer quais mecanismos políticos atuam e são atuados, representa uma aposta epistemológica para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre novas formas de democracia que tem polemicamente posto em evidencia a gradual – mas consistente – perda de atenção operada durante as ultimas décadas no que diz respeito ao *pólo* da igualdade. Isso tem tornado, em muitos casos, a democracia como algo fortemente procedimental, mas não por isso menos ideologizado. Os próprios procedimentos, produtos do pensamento político (Orsenigo, 2009), têm concebido o corpo social, durante as ultimas décadas, como o produto do fracionamento de liberdades individuais. Reconhecendo diferenças, ao menos a nível normativo, a pretendida racionalidade da vida social e da resolução dos seus dilemas e conflitos tem tentado definir e constituir objetos ilusoriamente acautelados da invasão identitária, criando também o mito do controle sobre a realidade de maneira que ela ficasse *grosso modo* estável.

A defesa deste paradigma e de uma certa distribuição de poder, tem atuado por um mecanismo de *fagocitação* das outras instâncias políticas, a demonstração que, segundo Santos, é de um profundo carácter de auto-reflexividade *cósmica*. Interessante é notar que esse mecanismo de auto-desdobramento, tem reificado uma ideia de democracia – a neoliberal – na democracia em si. Isto é, a generalização de um elemento da classe à toda uma classe representa uma tendência para tornar *infinitos*

²¹ O próprio Galileu Galilei remarcou como sempre “tratamos com infinitos e indivisíveis e ambos transcendem o nosso entendimento finito, os primeiros por causa das suas enormidades e os últimos em razão das suas exiguidades” (Crew e De Salvio, 1914: 26).

certos paradigmas. Contudo, a copresença das duas lógicas atua é em atuação em todo o processo social e político: no binómio das pressões hierarquizadoras e divisoras com aquelas homogeneizadoras e *líquidas* de algumas tendências da globalização, na intersecção entre o paradigma representativo – tradicionalmente ancorado a mecanismos de marca racionalista – com as novas propostas participativas que tentam pôr em causa os equilíbrios constituídos, etc. Enfim resulta claro que tanto a antinomia entre as tendências identitárias de continuidade e as tendências diferenciadoras de descontinuidade é permanente, assim como “a descontinuidade é uma escolha, uma escolha ocidental” (Everdell, 1997: 351). Isto é, a lógica racional tal como promovida é uma das maneiras de entender o real, uma escolha que tem impactos políticos. “O modo heterogéneo manifesta-se e exprime-se respeitando a lógica clássica mas apenas naqueles aspectos da vida consciente que se referem ao pensamento e à percepção [...]. Mesmo como a Constituição de um País não é o País, mas sim sua expressão” (Blanco, 2005: 89). Todavia, “apesar do Ocidente ter escolhido historicamente a chamada lógica clássica, isso não significa que ela seja necessariamente a única a poder ser utilizada na compreensão da natureza” (*ibidem*: 109).

Como gerir então esse binómio antinómico que fundamenta não apenas a vida política, mas sim a própria realidade social, sendo que as duas lógicas criam uma ambivalência contemporaneamente contraditória e verdadeira? Os laços sociais tendem tanto à simetria igualitária dos indivíduos em *classes* como à diferenciação discriminante. De um lado procura-se unidade e, de outro, acha-se a procura em si inconcebível²². Talvez o caminho seja o dos esforços praticados e a promover a nível local, sem que eles deixem de pensar a um nível sempre maior, a fim de construir redes para a globalização das experiências. A partir do reconhecimento das relações e práticas de poder, a nível das comunidades, se torna possível repensar profunda e criticamente sobre um *status quo* que cria défices de igualdade e diferenças. O próprio conceito de comunidade e de organismo social

²² Revela-se um contraste entre o indivíduo, ser simétrico e auto-reflexivo quando volto para o próprio ser indivisível e unitário, e o mundo externo espaço-temporalmente divisível. A este respeito Foucault sugere que “a guerra primitiva, a guerra de todos contra todos, é uma guerra determinada da igualdade, nascida da igualdade e que se desenvolve no elemento desta igualdade. A guerra é o efeito imediato de uma não-diferença, ou de diferenças insuficientes” (Foucault, 2009a: 81)

representa o ponto de encontro entre ambos os aspectos pois, de um certo ponto de vista, esse conceito produz aquele dos indivíduos que formam o grupo e, de outro ponto de vista, indica a fundamental unidade de todos os seres humanos. Talvez seja esta a base da importância fundamental da visão do homem como ser social: o ponto de encontro entre individualidade (assimétrica) e simetria omninclusiva (Matte Blanco, 2000: 354).

É no desafio das formas alternativas em pensar na construção das comunidades e dos sistemas políticos que reside um objeto novo para o debate interdisciplinar. No deslocamento de *poder*, nas mudanças paradigmáticas e nas transformações dos pensamentos locais e globais desenvolve-se uma ideia complexa de sociedade que não cabe nas arquiteturas dos sistemas existentes. E isto leva o desafio às suas raízes epistemológicas que questionam o conceito de racionalidade única para dar voz a um conhecimento polimorfo e fundamentado com critérios, nesta proposta, referidos às teorias psicanalíticas em debate com a sociologia crítica. Explicitar e refletir sobre as lógicas subjacentes as formações sociais e admitindo a capacidade limitada, mas não por isso inútil, de traduzi-las, significa propor uma nova leitura da construção simbólica dos laços sociais em tratar a democracia como, acima de tudo, um *processo psicossocial*. Provavelmente é ao desafiar as ordens constituídas que se podem abrir margens de “espaço intersticial” (Bhabha, 2007), de “spazio-anzi” (Carli *et al.*, 1988), de «ainda-não-é», citando Santos, que permitem repensar o já pensado para, enfim, pensar o pensável.

4. Conclusões

A relação entre o paradigma da democracia neoliberal e a complexa demanda social, feita de sujeitos e instâncias, tanto diferentes, quanto dificilmente representáveis meramente através do voto, tem (re)aberto o caminho para uma reflexão crítica em relação ao tema dos regimes democráticos. A crise de confiança nas instituições tal como a promoção de experiências de democracia participativa tem exposto o mundo político ao debate social e científico sobre formas diferentes de governo e redistribuição de poder. A sociologia crítica tem-se particularmente envolvido na produção de um conhecimento que fosse capaz de levar no debate uma crítica epistemológica das próprias formas de conceber o conhecimento e da criação de práticas localizadas de poder. O apoio a algumas grelhas teóricas da psicanálise demonstram como a possibilidade de um debate interdisciplinar pode promover

critérios úteis para fundamentar e complementar este tema. Em específico, este encontro tem-se demonstrado muito forte nos níveis mais profundos do debate epistemológico que apontam à tensão sempre presente e constituinte dos regimes democráticos, entre igualdade e diferença. Ao reconhecer esta antinomia, com base na própria construção da convivência social, o texto abordou o tema das novas formas de democracia como dispositivos particularmente capazes de pôr à luz destas dinâmicas contraditórias e subjacentes.

O texto buscou proporcionar, enfim, a importância de uma análise que procurasse nos fundamentos epistemológicos do entendimento da realidade, potenciais pontos de encontro interdisciplinar. Quando esta ambição faltar, o encontro pode-se limitar a um diálogo entre surdos ou, ainda, numa mistura sem legitimidade. O propósito deste contributo é, portanto, o de apontar possíveis caminhos de aprofundamento sem deixar de indicar, embora parcialmente, alguns enfoques chaves para a análise conjunta entre psicanálise e sociologia crítica das novas formas de democracia.

Roberto Falanga

Doutorando em “Democracia no Século XXI” – Centro de Estudos Sociais

Contato: roberto.falanga@hotmail.it

Referências Bibliográficas

- Allegretti, Giovanni; Herzberg, Carsten (2004), “El «retorno de las carabelas»: Los presupuestos participativos de America Latina en el contexto europeo”, *Transnational institute*, FIM (Fundacion Investigaciones Marxistas), 5.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. London: Verso.
- Arnstein, Sherry (1971) “A ladder of citizen participation”, *Journal of the Royal Town Planning Institute*, 1(6).
- Bhabha, Homi K. (2007/1998), *O local da cultura*, trad. port. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Blanco, Ignacio Matte (2000/1975), *L'inconscio come insieme infiniti. Saggio sulla bi-logica*, trad.it. Torino: Einaudi.
- Blanco, Ignacio Matte (2005), *Pensare sentire essere: Riflessioni cliniche sull'antinomia fondamentale dell'uomo e del mondo*, Torino: Einaudi.
- Carli, Renzo (2007), “Pulcinella o dell'ambiguità”, *Rivista di Psicologia Clinica*, 3, 382-396.

- Carli, Renzo; Paniccia, Rosa Maria; Lancia, Franco (1988), *Il gruppo in psicologia clinica*, Roma: NIS.
- Coleman, James (1990), "Norm-generating structures" in Schweers and Levi (org.), *The limits of rationality*, Chicago: the University of Chicago Press.
- Crew, Henry; De Salvio, Alfonso (1914), *Two New Sciences*, trans., New York: Macmillan.
- Dahl, Robert Alan (2000), *Sulla democrazia*, Roma-Bari: Laterza.
- Dahl, Robert Alan (1980), *Poliarchia, partecipazione e opposizione*, Milano: Franco Angeli.
- De Gaulejac, Vincent; Bonetti, Michel; Fraisse, Jean (1995), *L'ingénierie sociale*, Paris: Alternatives Sociales Syros.
- Della Porta, Donatella (2011), *Democrazie*, Bologna: Il Mulino.
- Diamond, Larry Jay; Morlino, Leonardo (org.), *Assessing the Quality of Democracy*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Elster, John (1979), *Ulysses and the sirens: Studies in rationality and irrationality*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Everdell, William Romeyn (1997), *The first moderns: Profiles in the origins of Twentieth-century Thought*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Foucault, Michel (2009a/1998), *Bisogna difendere la società*, Milano: Feltrinelli.
- Foucault, Michel (1997), *Illuminismo e critica*, Napoli: Donzelli.
- Foucault, Michel (2008), *Antologia: L'impazienza della libertà*, Milano: Feltrinelli.
- Freud, Sigmund (2005/1970), "L'inconscio" in *Psicologia e metapsicologia*, trad. it. Roma: GTE Newton.
- Freud, Sigmund (1985), *L'interpretazione dei sogni*, trad. it. Torino: Bollati Boringhieri.
- Guimarães, Roberto P. (2008), "Estado, mercado y democracia: oportunidades y límites de la participación ciudadana en el fortalecimiento de la gobernabilidad democrática", *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, 40, Caracas.
- Habermas, Jürgen (2008/1971), *Storia e critica dell'opinione pubblica*, Bari: Laterza.
- Held, David (2004/1987), *Modelli di democrazia*, Bologna: Il Mulino.
- Held, David (1998), "Democracy and globalization" in Archibugi D., Held D., Kohler M. (org.), *Re-imagining Political Community-Studies in Cosmopolitan Democracy*, Cambridge, Polity Press, 11-27.
- Huntington, Samuel P. (1975), "The United States" in Crozier M., Huntington S., Watanuki J., *The crisis of Democracy*, New York: New York University Press.
- Kuhn, Thomas S. (1962), *The structure of scientific revolutions*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Nunes, João Arriscado (1998/1999), "Para além das «duas culturas»: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica", *Revista de Ciências Sociais*, 52/53, 15-60.
- Orsenigo, Achille (2009), "Senso e valore politico dell'agire nelle organizzazioni", *Spunti*, 12, 13-42.
- Pereira, Manuel (1994), "O problema da racionalidade: Um confronto entre as perspectivas da Economia e da Sociologia", *SOCIUS Working Papers*, 4.

- Pettit, Philip (2000), "Rational choice, functional selection and empty black boxes", *Journal of Economic Methodology*, 7(1), 33 – 57.
- Pires, Valdemir (2001), *Orçamento participativo: O que é, para que serve, como se faz*, São Paulo: Manole Barueri.
- Restrepo, Dario I. (2003), "Las practicas participativas: entre la socializacion y la privatizacion de las politicaspublicas", *CLAD Reforma y Democracia*, 25, Caracas.
- Rucker, Rudy (1982), *Infinity and the Mind: The science and Philosophy of the Infinite*, Boston; Basel; Stuttgart: Birkhauser.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Porto : Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*, Porto: Afrontamento
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Democratizzare la democrazia: I percorsi della democrazia partecipativa*, Troina (En): Città Aperta.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade" in Ramalho, Maria Irene; Sousa Ribeiro, António, *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Schumpeter, Joseph Alois (1967), *Capitalismo, socialismo, democrazia*, Milano: Etas.
- Sintomer, Yves (2005), "Los presupuestos participativos en Europa: retos y desafios", *Revista del CLAD Refroma y Democracia*, 31, Caracas.
- Sintomer, Yves; Allegretti, Giovanni (2009), *I bilanci partecipativi in Europa: Nuove esperienze nel vecchio continente*, Roma: Casa Editrice Ediesse.
- Snow, Charles Percy (1995), *As duas Culturas*, trad. Port. Lisboa: Editorial Presença Lisboa.
- Sokal, Alan; Bricmont, Jean (1999), *Imposturas intelectuais*, trad. Port. Lisboa: Gradiva.
- Von Neumann, John; Morgenstern, Oskar (1944), *Theory of Games and Economic Behavior*, Princeton: University Press.
- Wallerstein, Immanuel (1993), "Encontros: 1492 e Depois; Descobertas: 1992 e Antes", *Revista Critica de Ciências Sociais*, 38, 41-48.
- Wallerstein, Immanuel (1995), "Mudança Social? «A mudança é eterna. Nada muda, nunca»", *Revista Critica de Ciências Sociais*, 44, 3-23.